

O Estatuto da Imaginação na Teoria das Paixões de Hume

RESUMO

Uma leitura mais atenta das páginas que compõem os livros II e III do *Tratado da natureza humana* de Hume põe a descoberto inúmeros processos instintivos da imaginação operando livremente na produção indireta de boa parte de nossas paixões. Eles poderiam ser reduzidos à propensão imaginativa de transfigurar, de alguma maneira, a experiência. É o que ocorre, por exemplo, quando antecipamos regularidades observadas entre os fenômenos e concebemos uma regularidade maior que a constatada em observações passadas. Este falseamento da experiência pela imaginação repercute na produção de vários afetos. Na verdade, não haveria somente a possibilidade da conjugação dos processos imaginativos com a produção de paixões intensas, mas também de ligação destes com a produção das paixões calmas, conquanto a teoria das paixões tenda, por vezes, a privilegiar o aspecto “negativo” da imaginação, frente ao “positivo” sancionado pelo entendimento.

Palavras-chave: Imaginação; Paixões; Filosofia.

ABSTRACT

A more attentive reading of the pages that compose books II and III of the *Treatise of human nature* disclose innumerable instinctive processes of the imagination operating freely in the production of good part of our passions. They could be reduced to the imaginative propensity of transfigure, in some way, the experience. It's what takes place, for example, when we anticipate regularities observed between the phenomena and conceive a bigger regularity that the evidenced in past observations. This betrayal of the experience for the imagination will reflect in the production of some affections. In the truth, there would not be only the possibility of the conjugation of the imaginative processes with the production of intense passions, but also of linking of these ones with the production of the calm passions, although the humean's theory of the passions seem, for times, to privilege “the negative” aspect of the imagination, front to the “positive” sanctioned by the understanding.

Key words: Imagination; Passions; Philosophy.

* Mestre em filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em que medida uma determinada falsificação dos dados da experiência, ocasionada pela propensão contínua da imaginação de estender indefinidamente regularidades causais entre os fenômenos tal como estes se apresentaram em experiências passadas, é um fator fundamental na produção de nossas paixões? A partir de que perspectiva a teoria das paixões humaneana daria livre acesso a configurações do real que não são justificáveis perante a razão e à experiência? Vale salientar que ir de encontro à razão e à experiência parece significar, à primeira vista, abalar a própria concepção de uma ciência da natureza humana tal como concebida por Hume. Enfim, a liberdade de operação de processos irrefreáveis da imaginação dentro da teoria das paixões de Hume parece ser uma questão central ao longo dos livros II e III do Tratado da natureza Humana.

Entre as teses desenvolvidas ao longo do livro II do Tratado da Natureza Humana, a da natureza da razão frente aos afetos é um dos objetos de análise mais recorrentes entre os comentadores. A teoria das paixões estabelece basicamente uma função instrumental à razão, ou seja, a de ser um meio para a satisfação de nossas inclinações. Com isso, a razão é escrava e cativa das paixões, conquanto seja um instrumento privilegiado, já que é capaz de propiciar para as inclinações uma visão distante e desinteressada dos seus objetos. (HUME, 2009, p. 450-453).

É dentro deste contexto que encontramos o argumento que parece ligar indissociavelmente reflexão e produção das paixões calmas.¹ Na verdade, este seria desenvolvido em três momentos distintos ao longo do livro II. Um deles se encontraria na seção Dos motivos que influenciam a vontade. Ali, as paixões, sob a perspectiva da obtenção de dor ou prazer, são impelidas a evitar ou ir ao encontro dos objetos.

Neste movimento, elas podem ser auxiliadas por processos reflexivos que deverão lhes apontar qual ou quais objetos estão relacionados ao objeto original motivador do desejo. Assim, a razão auxiliaria os afetos na escolha dos meios mais apropriados para a obtenção de um fim estabelecido por eles, ajudando-os, obliquamente, na sua satisfação.

Um segundo momento pode ser encontrado na seção intitulada Limitações desse sistema que expõe a influência das regras gerais sobre as paixões. Nessa seção, a tese que correlaciona atividades reflexivas e promoção das paixões calmas retorna, já que: “As regras gerais tem grande influência sobre o orgulho e a humildade, bem como sobre todas as outras paixões.” (HUME, 2009, p. 327). Nesse caso, o uso das regras gerais seria condicionado ao exercício do entendimento.² Ao segui-las, somos capazes de regular a intensidade de nossas paixões, arrefecendo-as, pela delimitação das “justas proporções que devemos guardar ao preferir um objeto ao outro.” (p.328).

A reedição de um raciocínio equivalente poderia ser encontrada nas seções dedicadas à análise das causas das paixões violentas. (HUME, 2009, Seções IV, VI e VII, parte III, livro II). Desta vez, a razão resguardará os afetos da inclinação³ por tudo aquilo que é contíguo no espaço e no tempo, em detrimento do que é distante,⁴ pois, em se tratando dos instintos,

[...] os homens são fortemente governados pela imaginação, e proporcionam seus afetos mais à perspectiva pela qual um objeto lhes aparece do que seu valor real e intrínseco. (HUME, 2009, p. 573-574).

São as reflexões do juízo, estabelecendo relações de comparação e justaposição entre as idéias, a partir de um desdobramento antecedente de extensas cadeias de causas e efeitos,

¹ Hume divide as paixões em calmas e violentas.

² Segundo Hume (2009, p. 182), este tipo de regras se forma “segundo a natureza de nosso entendimento, e conforme nossa experiência da operação deste nos juízos que formamos acerca dos objetos.” A importância do seu uso na modulação dos afetos é explicitada ao longo do penúltimo parágrafo da seção 6, parte I: “É evidente que, se uma pessoa adulta e de natureza igual à nossa fosse subitamente transportada para nosso mundo, ela ficaria bastante confusa com todos os objetos, e não descobriria facilmente que grau de amor ou ódio, orgulho e humildade, ou qualquer outra paixão, deveria atribuir a eles. As paixões freqüentemente variam por causa de princípios insignificantes; e estes nem sempre atuam com uma regularidade perfeita, sobretudo na primeira tentativa.” (HUME, 2009, p.328).

³ “É importante notar que a imaginação e os afetos mantêm entre si uma união estreita, e nada que afeta aquela poderá ser inteiramente indiferente a estas. Sempre que nossas idéias de bem ou de mal adquirem uma nova vividez, as paixões se tornam mais violentas, e acompanham o passo da imaginação em todas as suas variações.” (HUME, 2009, p. 460).

⁴ “Tudo que nos é contíguo no espaço ou no tempo é concebido com uma força e vividez peculiar, e supera qualquer outro em sua influência sobre a imaginação.” (p.463).

que proporcionarão às paixões uma perspectiva menos inflexível acerca do valor atribuído por elas aos seus objetos.

A partir da consideração desses três momentos, podemos flagrar a tese que relaciona razão e paixões calmas. O entendimento direcionaria obliquamente os afetos, imprimindo-lhes movimentos por vezes inusitados, e atenuaria seus impulsos naturais, ajudando, de certa forma, a minimizar as repercussões negativas dos instintos nas ações humanas.⁵

Contudo, além da consideração das etapas em que a teoria relaciona reflexão e promoção das paixões calmas, a análise dos três fragmentos flagra um fenômeno considerável. Em todos os momentos investigados, o direcionamento oblíquo das paixões pelo entendimento é acompanhado da supressão ou, ao menos, da contenção de propensões da imaginação. Com isso, a teoria estabelecerá uma relação incondicional, desta vez entre imaginação e afetos intensos.

Anteriormente, vimos que as paixões recorrem à razão a fim de ajudá-las a garantir a fruição segura dos seus objetos de desejo. Esta dirige os afetos, indicando qual ou quais ações serão necessárias para a melhor fruição do objeto. Mas, ao fazer isso, o entendimento arrefece os efeitos de uma tendência instintiva da imaginação, que, neste caso, se revela na inclinação imediata dos afetos de buscarem o prazer proveniente de um objeto sem levar em conta a eventual interposição de outros em relação a ele. Por causa disso, tendemos a não desejar fortemente os bens que estão afastados de nós, pois:

[...] somos obrigados não apenas, para chegar primeiro até ele, a passar por todo o espaço intermediário entre nós e o objeto, como também a renovar nosso percurso a todo o momento, já que sempre somos interpelados, pela imaginação, a pensar novamente em nós mesmos e em nossa situação presente. (HUME, 2009, p. 463).

Este efeito é um dos mais corriqueiros, já que podemos atestar facilmente pela experiência que

[...] os homens se importam sobretudo com os objetos que não estão tão afastados no espaço e no tempo, desfrutando o presente e deixando o que está longe aos cuidados do acaso e da sorte. (p. 464).

Aqui, nova intervenção da reflexão, fazendo com que levemos em consideração quer a interposição de outros objetos com o original, quer o afastamento no espaço ou no tempo entre sujeito e objeto, não permitindo que nos deixemos determinar pela aparência dos objetos, mas por seu valor real, coisa que a imaginação, por si só é inteiramente incapaz.

Já na seção limitações desse sistema, o efeito das comparações efetuadas pelo juízo, fazendo com que ajustemos a intensidade de nossas paixões ao valor correto de cada coisa pela utilização de regras gerais, é contraposto a outra propensão irreflexiva da imaginação. Se os processos reflexivos colaboram na modulação de nosso orgulho e humildade, a imaginação nos levará sempre a ultrapassarmos os limites razoáveis em nossas paixões. Mais uma vez, outra atividade imaginativa é frontalmente contraposta ao exercício reflexivo e compassado do entendimento, repercutindo na intensidade de nossos afetos. Neste caso, a utilização das regras gerais pelo entendimento permite-nos distinguir e separar em um fenômeno as circunstâncias acidentais das causas eficientes, determinando os princípios que atuam com regularidade na produção de nossas paixões e possibilitando seu abrandamento. Já a imaginação, não é capaz de nos informar a respeito do grau de intensidade que devemos atribuir aos nossos instintos, pois sua tendência é sempre de transpor, de alguma maneira, os dados da experiência. Suas regras gerais são caracterizadas pela extensividade, visto que é próprio da imaginação, ao nos acostumamos a ver um objeto unido ao outro em experiências passadas, passar “do primeiro ao segundo por uma transição natural que precede a reflexão e que não pode ser evitado por ela.” (p. 180). O que mais caracteriza esta faculdade é sua tendência a dispensar as atividades de comparação entre as idéias, próprias do entendimento. Assim, tão logo se apresente uma impressão aos nossos sentidos ou a retenção viva desta pela memória, a

⁵ As paixões calmas seriam capitais na promoção do equilíbrio da vida em sociedade. De fato, é privilegiando a ligação entre reflexão e produção dos afetos calmos que se movem as análises de Pall Ardal, Norman Kempt Smith e Annette Baier.

imaginação passará desta impressão a uma idéia costumeiramente à ela associada.⁶ Com isso, esta faculdade não nos permite ter em conta as particularidades culturais de cada sociedade que explicam o predomínio de certos tipos de afetos em um contexto específico, bem como sua maior ou menor intensidade. Assim, somos levados pela imaginação a estender nossas observações acerca de nossas ações passadas a partir da atuação de determinados afetos indefinidamente, sem considerarmos nossas motivações circunstanciais, tanto quanto às alheias, projetando ao máximo uma uniformização nas condutas.

No entanto, uma leitura mais atenta das páginas que compõem os livros II e III do **Tratado** põe a descoberto inúmeros processos instintivos da imaginação operando livremente na produção indireta de boa parte de nossas paixões. Eles poderiam ser reduzidos à propensão imaginativa de transfigurar, de alguma maneira, a experiência. É o que ocorre, por exemplo, quando antecipamos regularidades observadas entre os fenômenos e concebemos uma regularidade maior que a constatada em observações passadas. Este falseamento da experiência pela imaginação, como vimos, repercute na produção de vários afetos. Na verdade, não haveria somente a possibilidade da conjugação dos processos imaginativos com a produção de paixões intensas, mas também de ligação destes com a produção das paixões calmas, conquanto a teoria das paixões tenda, por vezes, a privilegiar o aspecto “negativo” da imaginação no direcionamento de nossos afetos, frente ao “positivo” sancionado pelo entendimento.

Considerando essa questão, observamos que a repercussão das atividades imaginativas na promoção de nossos afetos calmos não costuma ser objeto de uma análise detida por grande parte dos comentadores, embora haja menções recorrentes ao tema.

A título de hipótese, um domínio considerável de processos irreflexivos na produção de nossos afetos poderia ser observado a partir da consideração de três fenômenos distintos. O primeiro deles é o mecanismo da simpatia. Ela é uma das principais causas de promoção de nossos sentimentos e pode ser definida como um mecanismo de conversão de afecções. Pelo ato de simpatizar, somos capazes de compartilhar dores e prazeres. Hume afirma que: “Quando um afeto se transmite por simpatia, nós a princípio o conhecemos apenas por seus efeitos e pelos signos externos, presentes na expressão do rosto ou nas palavras, e que dele nos fornecem uma idéia. (HUME, 2009, p. 351).” É ao menos curioso só captarmos os sentimentos alheios exclusivamente a partir de suas idéias, inferidas dos efeitos destes expressos em signos externos, pois a definição humeana de simpatia parece exigir, sub-repticiamente, que sejamos capazes de experimentar ou, ao menos, ter uma idéia vívida das paixões com as quais simpatizamos.

Na verdade, se somos capazes de experimentar em algum grau o que os outros sentem, é porque somos governados pela imaginação. O processo de comunicação de sentimentos via simpatia se dá a partir de uma inferência causal. Após termos observado em casos passados uma conjunção regular entre determinados sinais, expressos através de palavras ou expressões faciais, e a representação da existência da paixão enquanto idéia dá-se a comunicação do afeto. Tão logo leiamos um relato escrito de alguém que diz estar sofrendo, ou escutemos seus gemidos de dor, iremos inferir a idéia da sua paixão. Da mesma forma, notamos também que comunicamos alegrias ou tristezas através de nossos gestos corporais ou pela linguagem.⁷ Nos dois casos, a tendência natural da imagi-

⁶ Tal inferência é de natureza causal. Todos os nossos raciocínios causais se fundamentam em uma conjunção regular ocorrida em experiências passadas entre um objeto (A) e outro objeto (B) e na expectativa, proveniente do hábito, de que a união continuará a ocorrer no futuro. Tão logo um dos objetos se apresente como impressão ou idéia, a imaginação prontamente conceberá a idéia do objeto que o acompanhou no passado, dada a influência da experiência e do hábito sobre a imaginação.

⁷ Aqui a inferência é efetuada pela influência das regras gerais da imaginação. Hume, ao defini-las, menciona um conflito de duas tendências diametralmente opostas que influenciarão nossos raciocínios causais. “Nossas regras gerais se opõem de certo modo umas às outras. Quando aparece um objeto semelhante a uma causa quanto a circunstâncias muito consideráveis, a imaginação naturalmente nos leva a uma concepção vívida do efeito habitual, embora o objeto seja diferente da causa quanto às circunstâncias mais importantes” (HUME, 2009, p.183). Esta inferência instintiva deverá ser corrigida por um outro tipo de inferência, influenciada por regras formadas “segundo a natureza de nosso entendimento, e conforme nossa experiência da operação deste nos juízos que formamos acerca dos objetos. Graças a elas, aprendemos a distinguir as circunstâncias acidentais das causas eficientes” (p.182). No caso da concepção da idéia do afeto no fenômeno da simpatia, a constatação acerca da existência de sentimentos em nós e a possibilidade da sua manifestação através dos signos são aplicadas, devido à relação de semelhança, às outras pessoas. Nossa imaginação passa prontamente da causa ao efeito, sem levar em consideração as circunstâncias originais da experiência que possibilitaram a formação da regra original.

nação é de se antecipar a ocorrência dos fatos. O efeito da antecipação, neste caso, é a concepção vívida das idéias dos afetos alheios que serão convertidas posteriormente nas próprias impressões que estas representam. Os efeitos desta propensão imaginativa poderiam ser flagrados num outro momento, ainda situado no contexto da operação da simpatia.

Após a idéia de uma afecção ser comunicada, concretiza-se o mecanismo da simpatia⁸. Neste processo, vários tipos de afetos podem ser compartilhados, como a benevolência, a piedade e a compaixão. No que concerne à produção das últimas, ambas dependem em larga medida da simpatia.

Aqui, um duplo fenômeno deve ser considerado. Primeiro, podemos ser tocados por paixões fictícias, ou seja, simpatizamos muitas vezes com sentimentos que não existem. É depositando nossa crença na veracidade das expressões de alegrias e tristezas de outras pessoas, colhidas em observações passadas, que inferiremos, no presente, a existência de afetos penosos, como ao nos depararmos com as expressões de angústia de atores em um filme, partilhando, com isso, suas aflições. Mas isso não é tudo, nossos sentimentos podem persistir independentemente de nossa crença em relação à existência de seus objetos, ou seja, podemos compartilhar dos sentimentos dos atores durante a representação de uma tragédia, ainda que tenhamos absoluta certeza de que estes são simulados. As paixões produzidas pelas ficções da poesia, tragédias e romances se caracterizam também por derivarem das sugestões da imaginação, que forja uma regularidade maior que a observada.

A tendência permanente da imaginação de projetar regularidades na experiência antecipando-as, não se limita aos casos considerados, mas ocorre também em outras situações, quando experimentamos dor e comoção perante um pedestre desavisado que está a poucos passos de um andaime que julgamos ser instável, ou quando participo do desprazer que me é comunicado quando leio um livro que tenha uma composição de palavras difíceis de entender ou de pronunciar, mesmo que eu o

leia sozinho e em silêncio. A imaginação me faz sentir o desconforto proveniente de afetos inexistentes de ouvintes imaginários, não obstante, em tese, estes só possam ser comunicados através da observação fatural de signos ou expressões corporais que denotariam o desprazer de ouvintes reais.

Além disso, a análise das causas da compaixão e da piedade nos permitiria flagrar outra circunstância bastante curiosa, relacionada com as tendências de falseamento da experiência pela imaginação. Durante a análise da paixão do amor à verdade, Hume fala de afetos que não vão além da imaginação:

[...] existem certos desejos e inclinações que não vão além da imaginação, sendo antes pálidas sombras e imagens de paixões que afetos reais. (HUME, 2009, p. 485-486).

O fragmento parece acenar para um conjunto de paixões que seriam exclusivas da imaginação, ou seja, que decorreriam unicamente de suas projeções fictícias. Se na última seção do livro II, elas são descritas sucintamente por Hume, apenas no decurso de um parágrafo, na seção sobre a origem das virtudes e vícios são definidas largamente. O que caracterizaria estas categorias de paixões circunscritas às atividades da imaginação é o de requererem, para serem movidas, baixos graus de intensidade nas idéias. Por isso, elas podem ocorrer independentemente da impressão fatural de seus objetos, bastando-lhes unicamente a perspectiva ou tendência natural de um fenômeno qualquer a produzir em nós prazer ou desprazer. A capacidade oblíqua imaginativa para despertar sombras e imagens de paixões reais é o que explica, em grande medida, a produção de compaixões, alegrias e tristezas que dispensam a existência real de seus objetos. É justamente isso o que parece ocorrer com o sentimento moral.

Hume define tal afeto essencialmente como uma paixão calma. Como ocorre com as demais, o sentimento moral pressupõe prazer ou desprazer. No entanto, o que o diferenciaria será sua capacidade de determinar nossas aprovações e desaprovações morais. Assim, entre os afetos, ele seria aquele que mais tenderia a favorecer nossas

⁸ A transformação da idéia em impressão pela simpatia depende, essencialmente, de três elementos; a idéia do afeto de uma pessoa relacionada conosco pelas relações de semelhança, contigüidade ou causalidade, e a impressão de nós mesmos. A impressão comunicará sua vivacidade à idéia da paixão de alguém pela relação de proximidade conosco, ou ligado pela relação de semelhança por sua nacionalidade, costumes, ou pela relação de causalidade. (Cf. HUME, 2009, pg.351-5).

relações em sociedade. Caracterizados por sua imparcialidade, nossos sentimentos e aprovações morais não deveriam estar sujeitos a variações de intensidade, decorrentes da diversidade de circunstâncias em que são produzidos. No entanto, são naturalmente limitados⁹ e influenciados pela natureza plástica da imaginação.

Por outro lado, esses afetos também podem ser corrigidos pela experiência e reflexão. A sociedade será o espaço onde cada indivíduo sentirá sua inclinação natural à parcialidade em suas valorações morais e o lugar em que este poderá atestar a autenticidade de suas estimações, corrigindo-as ao descobrir contradições freqüentes em seus sentimentos. Estas correções pela experiência da vida em sociedade pressupõem o uso de regras gerais. Através das atividades de comparação, efetuadas pelo entendimento, os indivíduos serão capazes de modular seus sentimentos morais e suas imputações de vício e virtude. Mais uma vez a reflexão tem um papel crucial, desta vez na facilitação dos sentimentos morais genuínos.

Mas, além destas atividades reflexivas, há uma relação paralela entre as vocações naturais da imaginação e a produção nossos sentimentos e aprovações morais. A simples contemplação de um caráter que julgamos benéfico à sociedade nos leva a inferir à prática efetiva de ações virtuosas por seu possuidor, ainda que este esteja impossibilitado de praticá-las durante algum tempo ou mesmo no transcorrer de toda a sua vida.

Quando um caráter, sob todos os aspectos, é apropriado a beneficiar a sociedade, a imaginação passa facilmente da causa ao efeito, sem considerar que ainda faltam algumas circunstâncias para tornar completa a causa. As regras gerais criam uma espécie de probabilidade, que influencia às vezes o juízo, e sempre a imaginação. (HUME, 2009, p.624).

Neste caso, o prazer e a aprovação moral não dependem da existência de seus objetos, da mesma maneira que impulsos imaginativos irrefreáveis explicaram a produção das paixões da piedade e da compaixão a partir de afetos que não existiam. A partir dos mesmos princípios, também somos capazes de qualificar de

virtuosos o caráter ou as ações fictícias de um protagonista de um romance ou novela. Graças à imaginação,

[...] a virtude em andrajos ainda é virtude e continua inspirando amor mesmo que o homem esteja preso em um calabouço ou perdido no deserto, onde ela não pode mais se exercer por meio de ações, estando perdida para o mundo. (HUME, 2009, p. 623-624).

A contemplação das disposições virtuosas de um caráter é mais do que suficiente para a imaginação. Ela garante a produção de nossos sentimentos morais independentemente das constatações do juízo de que

[...] em quase todas as espécies de causas existem uma complexidade de circunstâncias, algumas das quais são essenciais e outras supérfluas; algumas são absolutamente necessárias à produção do efeito e outras estão apenas acidentalmente conjugadas com ele." (p. 181).

Com isso, ao menos em respeito à pletera de afetos que não vão além da imaginação, esta faculdade é soberana frente à reflexão. A inexistência de ações virtuosas e as constatações da razão acerca da insuficiência de circunstâncias para que a causa se torne completa não são obstáculos para nossas aprovações morais.

Diante de tudo o que foi analisado, a repercussão das inclinações da imaginação na teoria das paixões humeana seria flagrante. Presentes na produção de inúmeros afetos e desconhecendo sua injustificabilidade perante as ciências ou à filosofia, os falseamentos da imaginação continuariam a atuar indiretamente na promoção de nossos sentimentos morais e em nossas atribuições de virtudes e vícios, ajudando a promover e fomentar o equilíbrio e a coesão sociais. Daí ser factível falarmos de um estatuto positivo que seria concedido às operações da imaginação pela teoria das paixões humeana. Se a positividade, hipoteticamente outorgada às propensões da imaginação nos dois últimos livros do **Tratado**, for tão somente a reverberação de uma confiança comedida na utilidade prática de nossas crenças nas ficções da identidade pessoal e de um mundo independente

⁹ Tendemos a aprovar a conduta daqueles que nos são próximos pelas relações de causalidade, semelhança ou contigüidade. Por isso, deleitamo-nos mais facilmente com as virtudes de parentes e amigos do que com as de desconhecidos, desafetos ou estrangeiros.

de nossas percepções, por exemplo, ao menos esta, decorrente do alcance prático, seria bem mais estendida na teoria das paixões, ainda que não seja nomeado textualmente, nem pareça ser explicitamente assumido por Hume.

Referências Bibliográficas

- ARDAL, Pall. *Passion and value in Hume's treatise*. Edinburg: Edinburg University press, 1989.
- BRAND, Walter. *Hume's theory of moral judgement: a study in the unity of a treatise of human nature*. Internacional Archives of the history of the ideas. Dordrecht/Boston/ London: Kluwer Academic Publishers, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade*. Tradução de Luiz. B. Orlandi. São Paulo: Edições 34, 2001.
- FLEW, Antony. *David Hume philosopher of moral science*. Ney York: Basil Blackwell, 1986.
- GARRETT, Don. *Cognition and commitement in Hume's philosophy*. Ney York: Oxford University Press, 1997.
- GLATHE, Alfred. B. *Hume's theory of the passions and of morals: a study of books II and III of the treatise*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1950.
- HUME, David. *A dissertation on the passions*. Ney York: Oxford Clarendon Press, 1975.
- _____. *A Treatise of human nature*. Ney York: Oxford University Press, Second,(1978).
- _____. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: Unesp, 2009.
- MALHERBE, Michel. *La philosophie empiriste de David Hume*. Paris: Vrin, 1984.
- MICHAUD, Yves. *Hume et la fin de la philosophie*. Paris: Press Universitaires de France, 1983.
- MONTEIRO, João Paulo. *Teoria, retórica e ideologia*. São Paulo: Ática, 1975.
- NORTON, David Fate. *David Hume: common sense moralist, sceptical metaphysician*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.
- PEARS, David. *Hume's system: an examination of the first book of his treatise*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PRICE, H. H. *Hume's theory of external word*. London: Oxford At The Clarendon Press, 1940.
- SMITH, Norman Kemp. *The philosophy of David Hume*. London: Macmillan and Co, 1949.
- STROUD, Barry. *Hume. The arguments of the philosophers*. London: Routledge, 1977.
- TWEYMAN, Stanley. *Reason and conduct in Hume and his predecessors*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.
- WHELAN, Frederick G. *Order and artifice in hume's political philosophy*. New Jersey: Princeton University Press, 1985.
- WILBANKS, JEAN. *Hume's theory of imagination*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1968.